

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ATA N.º 2/2022

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu extraordinariamente, na sequência de convocatória realizada para o efeito, o Conselho Coordenador da Avaliação do Gabinete do Secretário Regional da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, nas instalações localizadas à Rua Dr. Pestana Júnior, número seis, quinto andar, no Funchal, constituído pelo Presidente do Conselho Coordenador da Avaliação, Altino Agostinho de Sousa de Freitas, Chefe do Gabinete da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, que presidiu à reunião, e pelos vogais João José Ornelas Nunes, Diretor de Serviços do Gabinete Jurídico, Ana Sofia da Silva Andrade Abreu, Diretora de Serviços do Gabinete de Recursos Humanos, António José Freitas Rodrigues, Diretor de Serviços da Unidade de Gestão, Estratégia e Controlo e Carlos Alexandre Marques Gouveia, Chefe de Divisão da Unidade Técnica de Contabilidade. Encontravam-se, assim, presentes todos os membros integrantes do referido Conselho Coordenador da Avaliação, de acordo com o Despacho nº 92/SRAAC/2022, de 14 de dezembro de 2022, do Chefe do Gabinete, a fim de deliberarem sobre os pontos constantes da ordem do dia, que são os seguintes: -----

Ponto um) Definição dos critérios de ponderação curricular a aplicar nos casos de pedidos de avaliação por ponderação curricular que venham a ser apresentados nos termos e para os efeitos previstos no artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2015/M, de 21 de dezembro, e 18/2020/M, de 31 de dezembro. -----

Ponto dois) Aprovação das respetivas fichas de avaliação. -----

----- O Presidente do Conselho Coordenador da Avaliação após verificar que, estando presentes a totalidade dos seus membros, o Conselho se encontrava em condições de se reunir, possuindo quórum para poder deliberar validamente, iniciou a reunião, referindo ser necessário que o referido Conselho fixasse, de acordo com o artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2009/M, de 21 de agosto, na redação em vigor, os critérios a utilizar pelos

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

avaliadores na realização de ponderações curriculares que venham a ser requeridas pelos trabalhadores ao abrigo do referido artigo. -----

----- De seguida, o Presidente do Conselho Coordenador da Avaliação passou a apresentar a proposta relativa aos critérios de ponderação curricular para os diversos grupos de trabalhadores nos seguintes termos. -----

----- a) os critérios a aplicar na avaliação por ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior constam do anexo I à presente ata.-----

----- b) os critérios a aplicar na avaliação por ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específicas da Região Autónoma da Madeira constam do anexo II à presente ata.-----

----- c) os critérios a aplicar na avaliação por ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados nas carreira de grau de complexidade funcional I (incluindo os trabalhadores integrados na carreira não revista de "Fiscal de Obras Públicas") constam do anexo III à presente ata. -----

----- Após discussão e apreciação da proposta relativa aos critérios de ponderação curricular apresentada e, bem assim, dos critérios nela constantes, o presidente do Conselho Coordenador da Avaliação pô-la à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. --

-----Passando-se ao segundo ponto de ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Coordenador da Avaliação apresentou aos demais membros do Conselho os modelos de fichas de ponderação curricular para os diversos grupos de trabalhadores e propôs a sua aprovação nos seguintes termos: -----

----- a) as fichas de ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior são as constantes do anexo IV à presente ata.-----

----- b) as fichas de ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específicas da Região Autónoma da Madeira são as constantes do anexo V à presente ata.-----

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

----- c) as fichas de ponderação curricular referentes a trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional I (incluindo os trabalhadores integrados na carreira não revista de "Fiscal de Obras Públicas") são as constantes do anexo VI à presente ata.-----

-----Após a discussão e apreciação da proposta referente aos modelos de fichas de ponderação curricular apresentada, o Presidente do Conselho Coordenador da Avaliação pô-la à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão, pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida em voz alta e aprovada, segue assinada por todos os membros do Conselho Coordenador da Avaliação presentes. -----

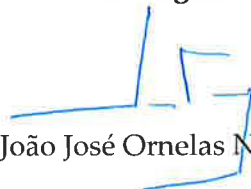
O Conselho Coordenador da Avaliação:

O Presidente



Altino Agostinho de Sousa de Freitas

Os Vogais



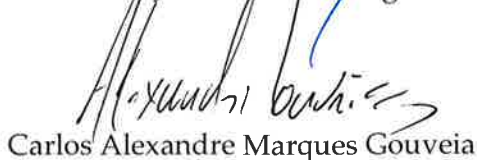
João José Ornelas Nunes



Ana Sofia da Silva Andrade Abreu



António José Freitas Rodrigues



Carlos Alexandre Marques Gouveia

ANEXO I

**CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR
PONDERAÇÃO CURRICULAR REFERENTE A TRABALHADORES
INTEGRADOS NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR**

I - Relativamente ao biénio de 2021-2022, na avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior, por ponderação curricular nos termos do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2015/M, de 21 de dezembro, e 18/2020/M, de 31 de dezembro, são considerados os seguintes elementos:

- 1- Habilitações académicas e profissionais (HAP);
- 2- Experiência profissional e a valorização curricular (EPVC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:
 - a) Tempo de serviço na carreira (TS);
 - b) Formação profissional (FP);
 - c) Experiência profissional no âmbito das atribuições e competências da SRAAC (EPSRAAC);
 - d) Participação em ações ou projetos de relevante interesse (AP).
- 3- Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (EC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:
 - a) Exercício de cargos dirigentes ou cargos ou funções de reconhecido interesse público (ECDIP);
 - b) Exercício de cargos ou funções de relevante interesse social (ECIS);

II - A avaliação por ponderação curricular (PC) obedecerá à seguinte fórmula:

$$PC = \frac{HAP + (2 \times EPVC) + (2 \times EC)}{5}$$

Em que:

PC = Ponderação Curricular

HAP = Habilitações académicas e profissionais

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

EC = Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

III - O elemento Habilitações Académicas e Profissionais, que terá como referência a habilitação que o trabalhador possuir a 31 de dezembro de 2022, considera as habilitações legalmente exigíveis ao trabalhador para a sua integração na carreira de Técnico Superior, nos seguintes termos:

- a) Habilitação inferior à licenciatura: 1 ponto
- b) Habilitação correspondente à licenciatura: 3 pontos
- c) Mestrado ou superior em áreas diretamente relacionadas com as competências e atividades da SRAAC: 5 pontos

IV - O elemento Experiência Profissional e Valorização Curricular (EPVC), considera o tempo de desempenho de funções na carreira de Técnico Superior, a formação profissional do trabalhador, a experiência profissional do trabalhador no âmbito das atribuições e competências da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, bem como a participação

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

pelo trabalhador em ações ou projetos de relevante interesse, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPVC = \frac{TS + FP + (2 \times EPSRAAC) + (2 \times AP)}{6}$$

Em que:

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

TS = Tempo de serviço na carreira de Técnico Superior

FP = Formação profissional

EPSRA = Experiência profissional no âmbito das atribuições e competências da SRAAC

AP = Ações ou projetos de relevante interesse

Para efeitos do subelemento tempo de serviço na carreira de Técnico Superior (TS), será considerado o tempo de serviço do trabalhador na referida carreira reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, a ser valorizado nos seguintes termos:

- a) inferior a 10 anos: 1 ponto
- b) igual ou superior a 10 anos e inferior a 20 anos: 3 pontos
- c) igual ou superior a 20 anos: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Formação Profissional (FP) será ponderada o número de horas de formação profissional obtida pelo trabalhador em áreas relevantes para o desempenho das suas funções na SRAAC, no biénio 2021-2022, nos seguintes termos:

- a) sem formação: 1 ponto
- b) com formação inferior a 18 horas: 3 pontos

c) com formação igual ou superior a 18 horas: 5 pontos

No subelemento Experiência Profissional no âmbito das atribuições e competências da SRAAC (EPSRAAC), será ponderado o tempo de exercício pelo trabalhador de funções inerentes ao conteúdo funcional de carreira de Técnico Superior no âmbito das atribuições/competências da SRAAC reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos termos da seguinte escala:

a) exercício inferior a 3 anos de funções inerentes ao conteúdo funcional da carreira de Técnico Superior no âmbito das atribuições /competências da SRAAC: 1 ponto

b) exercício igual ou superior a 3 anos de funções inerentes ao conteúdo funcional da carreira de Técnico Superior no âmbito das atribuições/competências da SRAAC: 3 pontos

c) exercício igual ou superior a 3 anos de funções inerentes ao conteúdo funcional da carreira de Técnico Superior no âmbito das atribuições/competências da SRAAC e coordenação de equipas nesse âmbito por período igual ou superior a 1 ano: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será ponderada a participação pelo trabalhador, no biénio 2021-2022, nas seguintes ações ou projetos de relevante interesse:

- Designação e participação em grupos de trabalho, comissões, júris de concursos ou outros de idêntica natureza;
- Designação e participação em estudos ou projetos internos ou externos em representação do serviço;

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Participação como orador/formador em seminários, conferências, colóquios, ações de formação ou outros equiparados.

Todas as referências à participação em ações ou projetos de relevante interesse constantes do currículo devem ser demonstradas de modo inequívoco, com a indicação do respetivo período temporal.

O subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será valorizado nos seguintes termos:

- a) Ausência de evidências de participação: 1 ponto
- b) Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados: 3 pontos
- c) Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados: 5 pontos

V - No elemento exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (EC), será ponderado o tempo de exercício dos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EC = \frac{(3 \times ECDIP) + ECIS}{4}$$

Em que:

EC = exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social

ECDIP = exercício de cargos dirigentes ou cargos ou funções de reconhecido interesse público

ECIS = exercícios de cargos ou funções de relevante interesse social

No subelemento Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público (ECDIP), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

- a) não exerceu cargos dirigentes, nem outros cargos ou funções de reconhecido interesse público: 1 ponto
- b) exercício de cargos dirigentes ou de outros cargos ou funções de reconhecido interesse público pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos
- c) exercício de cargos dirigentes ou de outros cargos ou funções de reconhecido interesse público pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de reconhecido interesse público os seguintes:

- a) titular de órgão de soberania;
- b) titular de outros cargos políticos a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;
- c) titular de altos cargos públicos, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;
- d) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;
- e) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- f) cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No subelemento Exercício de cargos ou funções de relevante interesse social (ECIS), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

- a) não exerceu cargos ou funções de relevante interesse social: 1 ponto
- b) exercício de cargos ou funções de relevante interesse social pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos
- c) exercício de cargos ou funções de relevante interesse social pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de relevante interesse social:

- a) cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;
- b) cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- c) outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

VI - A avaliação final de ponderação curricular respeita a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenho previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na redação em vigor, designadamente as constantes dos artigos 47.º, 48.º e 71.º.

ANEXO II

**CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR
PONDERAÇÃO CURRICULAR REFERENTE A TRABALHADORES
INTEGRADOS NAS CARREIRAS DE GRAU DE COMPLEXIDADE
FUNCIONAL II OU CHEFIAS ADMINISTRATIVAS DE
CARREIRAS/CATEGORIAS SUBSISTENTES DE CHEFIA OU
COORDENAÇÃO ESPECÍFICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA**

I - Relativamente ao biénio de 2021-2022, na avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específicas da Região Autónoma da Madeira, por ponderação curricular nos termos do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2015/M, de 21 de dezembro, e 18/2020/M, de 31 de dezembro, são considerados os seguintes elementos:

- 1- Habilitações académicas e profissionais (HAP);
- 2- Experiência profissional e a valorização curricular (EPVC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:
 - a) Tempo de serviço na categoria (TSCT);
 - b) Tempo de serviço na carreira (TSCR);
 - c) Formação profissional (FP);
 - d) Ações ou projetos de relevante interesse (AP).

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

3-Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (EC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:

a) Exercício de funções de chefia ou coordenação (EFCC);

b) Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (ECIPS);

II - A avaliação por ponderação curricular (PC) obedecerá à seguinte fórmula:

$$PC = \frac{HAP + (2 \times EPVC) + (2 \times EC)}{5}$$

Em que:

PC = Ponderação Curricular

HAP = Habilitações académicas e profissionais

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

EC = Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

III - O elemento Habilitações Académicas e Profissionais, que terá como referência a habilitação que o trabalhador possuir a 31 de dezembro de 2022, considera as habilitações legalmente exigíveis ao trabalhador para a sua integração nas carreiras de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específicas da Região Autónoma da Madeira, nos seguintes termos:

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

a) Habilitação inferior ao 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado: 1 ponto

b) Habilitação correspondente ao 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado: 3 pontos

c) Licenciatura ou superior: 5 pontos

IV - O elemento Experiência Profissional e Valorização Curricular (EPVC), considera o tempo de desempenho de funções nas carreiras e categorias de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específicas da RAM, a formação profissional do trabalhador, bem como a participação pelo trabalhador em ações ou projetos de relevante interesse, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPVC = \frac{(2 \times TSCT) + (2 \times TSCR) + FP + AP}{6}$$

Em que:

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

TSCT = Tempo de serviço na categoria

TSCR = Tempo de serviço na carreira

FP = Formação profissional

AP = Ações ou projetos de relevante interesse

Para efeitos do subelemento tempo de serviço na categoria (TSCT), será considerado o tempo de serviço do trabalhador na categoria em que se encontra integrado, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, a ser valorizado nos seguintes termos:

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- a) inferior a 3 anos: 1 pontos
b) igual ou superior a 3 anos e inferior a 6 anos: 3 pontos
c) igual ou superior a 6 anos: 5 pontos

Para efeitos do subelemento tempo de serviço na carreira (TSCR), será considerado o tempo de serviço do trabalhador na carreira em que se encontre integrado, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, a ser valorizado nos seguintes termos:

- a) inferior a 10 anos: 1 ponto
b) igual ou superior a 10 anos e inferior a 20 anos: 3 pontos
c) igual ou superior 20 anos: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Formação Profissional (FP) será ponderada o número de horas de formação profissional obtida pelo trabalhador em áreas relevantes para o desempenho das suas funções na SRAAC, no biénio 2021-2022, nos seguintes termos:

- a) sem formação: 1 ponto
b) com formação inferior a 18 horas: 3 pontos
c) com formação igual ou superior a 18 horas: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será ponderada a participação pelo trabalhador, no biénio 2021-2022, nas seguintes ações ou projetos de relevante interesse:

- Designação e participação em grupos de trabalho, comissões, júris de concursos ou outros de idêntica natureza;
- Designação e participação em estudos ou projetos internos ou externos em representação do serviço;

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Participação como orador/formador em seminários, conferências, colóquios, ações de formação ou outros equiparados.

Todas as referências à participação em ações ou projetos de relevante interesse constantes do currículo devem ser demonstradas de modo inequívoco, com a indicação do respetivo período temporal.

O subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será valorizado nos seguintes termos:

- a) Ausência de evidências de participação: 1 ponto
- b) Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados: 3 pontos
- c) Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados: 5 pontos

V - No elemento Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (EC), será ponderado o tempo de exercício pelo trabalhador dos referidos cargos ou funções, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EC = \frac{(3 \times EFCC) + ECIPS}{4}$$

Em que:

EC = exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

EFCC = exercício de funções de chefia ou coordenação

ECIPS = exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

No subelemento exercício de funções de chefia ou coordenação (EFCC), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

- a) não exerceu cargos de chefia ou coordenação: 1 ponto
- b) exercício de cargos de chefia ou coordenação pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos
- c) exercício de cargos de chefia ou coordenação pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

No subelemento exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (ECIPS), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

- a) não exerceu cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social: 1 ponto
- b) exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos
- c) exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de reconhecido interesse público os seguintes:

- a) titular de órgão de soberania;

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

b) titular de outros cargos políticos a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;

c) titular de altos cargos públicos, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;

d) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;

e) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;

f) cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de relevante interesse social os seguintes:

a) cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;

b) cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;

c) outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

VI - A avaliação final de ponderação curricular respeita a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenho previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na redação em vigor, designadamente as constantes dos artigos 47.º, 48.º e 71.º.

ANEXO III

CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR
PONDERAÇÃO CURRICULAR REFERENTE A TRABALHADORES
INTEGRADOS NAS CARREIRAS DE GRAU DE COMPLEXIDADE
FUNCIONAL I (INCLUINDO OS TRABALHADORES INTEGRADOS NA
CARREIRA NÃO REVISTA DE “FISCAL DE OBRAS PÚBLICAS”)

I - Relativamente ao biénio de 2021-2022, na avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional I incluindo os trabalhadores integrados na carreira não revista de “Fiscal de Obras Públicas”, por ponderação curricular nos termos do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2015/M, de 21 de dezembro, e 18/2020/M, de 31 de dezembro, são considerados os seguintes elementos:

1- Habilitações académicas e profissionais (HAP);
2- Experiência profissional e a valorização curricular (EPVC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:

- a) Tempo de serviço na categoria (TSCT);
- b) Tempo de serviço na carreira (TSCR);
- c) Formação profissional (FP);
- d) Ações ou projetos de relevante interesse (AP).

3-Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (EC), no qual serão ponderados os seguintes subelementos:

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- a) Exercício de funções de chefia ou coordenação (EFCC);
- b) Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (ECIPS);

II - A avaliação por ponderação curricular (PC) obedecerá à seguinte fórmula:

$$PC = \frac{HAP + (2 \times EPVC) + (2 \times EC)}{5}$$

Em que:

PC = Ponderação Curricular

HAP = Habilitações académicas e profissionais

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

EC = Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

III - O elemento Habilitações Académicas e Profissionais, que terá como referência a habilitação que o trabalhador possuir a 31 de dezembro de 2022, considera as habilitações legalmente exigíveis ao trabalhador para a sua integração nas carreiras de grau de complexidade funcional I, nos seguintes termos:

- a) Habilitação inferior à escolaridade obrigatória: 1 ponto
- b) Habilitação correspondente à escolaridade obrigatória: 3 pontos
- c) licenciatura ou superior: 5 pontos

IV - O elemento Experiência Profissional e Valorização Curricular (EPVC), considera o tempo de desempenho de funções nas carreiras e

categorias de grau de complexidade funcional I, a formação profissional do trabalhador, bem como a participação pelo trabalhador em ações ou projetos de relevante interesse, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPVC = \frac{(2 \times TSCT) + (2 \times TSCR) + FP + AP}{6}$$

Em que:

EPVC = Experiência profissional e a valorização curricular

TSCT = Tempo de serviço na categoria

TSCR = Tempo de serviço na carreira

FP = Formação profissional

AP = Ações ou projetos de relevante interesse

Para efeitos do subelemento tempo de serviço na categoria (TSCT), será considerado o tempo de serviço do trabalhador na categoria em que se encontra integrado, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, a ser valorizado nos seguintes termos:

- a) inferior a 3 anos: 1 pontos
- b) igual ou superior a 3 anos e inferior a 6 anos: 3 pontos
- c) igual ou superior a 6 anos: 5 pontos

Para efeitos do subelemento tempo de serviço na carreira (TSCR), será considerado o tempo de serviço do trabalhador na carreira em que se encontre integrado, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, a ser valorizado nos seguintes termos:

- a) inferior a 10 anos: 1 ponto
- b) igual ou superior a 10 anos e inferior a 20 anos: 3 pontos

c) igual ou superior 20 anos: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Formação Profissional (FP) será ponderada o número de horas de formação profissional obtida pelo trabalhador em áreas relevantes para o desempenho das suas funções na SRAAC, no biénio 2021-2022, nos seguintes termos:

- a) sem formação: 1 ponto
- b) com formação inferior a 18 horas: 3 pontos
- c) com formação igual ou superior a 18 horas: 5 pontos

Para efeitos do subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será ponderada a participação pelo trabalhador, no biénio 2021-2022, nas seguintes ações ou projetos de relevante interesse:

- Designação e participação em grupos de trabalho, comissões, júris de concursos ou outros de idêntica natureza;
- Designação e participação em estudos ou projetos internos ou externos em representação do serviço;
- Participação como orador/formador em seminários, conferências, colóquios, ações de formação ou outros equiparados.

Todas as referências à participação em ações ou projetos de relevante interesse constantes do currículo devem ser demonstradas de modo inequívoco, com a indicação do respetivo período temporal.

O subelemento Ações ou projetos de relevante interesse (AP) será valorizado nos seguintes termos:

- a) Ausência de evidências de participação: 1 ponto

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

b) Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados: 3 pontos

c) Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados: 5 pontos

V - No elemento Exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (EC), será ponderado o tempo de exercício pelo trabalhador dos referidos cargos ou funções, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EC = \frac{(3 \times EFCC) + ECIPS}{4}$$

Em que:

EC = exercício de funções de chefia ou coordenação ou cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

EFCC = exercício de funções de chefia ou coordenação

ECIPS = exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social

No subelemento exercício de funções de chefia ou coordenação (EFCC), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

a) não exerceu cargos de chefia ou coordenação: 1 ponto

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

b) exercício de cargos de chefia ou coordenação pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos

c) exercício de cargos de chefia ou coordenação pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

No subelemento exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social (ECIPS), será ponderado o tempo de exercício nos referidos cargos ou funções pelo trabalhador, reportado a 31 de dezembro do termo do período de avaliação em causa, nos seguintes termos:

a) não exerceu cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social: 1 ponto

b) exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social pelo período inferior a 3 anos: 3 pontos

c) exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social pelo período igual ou superior a 3 anos: 5 pontos

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de reconhecido interesse público os seguintes:

a) titular de órgão de soberania;

b) titular de outros cargos políticos a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;

c) titular de altos cargos públicos, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto, e 4/2022, de 6 de janeiro;

d) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

e) cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;

f) cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para efeitos deste subelemento, consideram-se cargos ou funções de relevante interesse social os seguintes:

a) cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;

b) cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;

c) outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

VI - A avaliação final de ponderação curricular respeita a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenho previstas no Decreto Legislativo Regional nº 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2015/M, de 21 de dezembro, e 18/2020/M, de 31 de dezembro, designadamente as constantes dos artigos 47.º, 48.º e 71.º.

ANEXO IV
FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR - Pessoal Técnico Superior

Avaliador:

Avaliado:

Categoria: Técnico Superior

Período de Avaliação: 01/01/2021 a 31/12/2022

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP)

Habilitação inferior à licenciatura
Habilitação correspondente à licenciatura
Mestrado ou Superior em áreas diretamente relacionadas com as competências e atividades da SRAAC

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

0

2) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A VALORIZAÇÃO CURRICULAR (EPVC)

a) Tempo de Serviço na carreira de Técnico Superior

< 10 anos
≥ 10 anos e < 20 anos
≥ 20 anos

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

0
EPVC=[a]+b)+2c+2d)/6

b) Formação Profissional

sem formação
< 18 horas
≥ 18 horas

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

--

c) Experiência Profissional no âmbito das atribuições e competências da SRAAC (EPSRAAC)

< 3 anos
≥ 3 anos de experiência
≥ 3 anos experiência e pelo menos 1 ano de coordenação de equipas

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

--

d) Ações ou projetos de relevante interesse (AP)

Ausência de evidências de participação
Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados
Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

--

3) EXERCÍCIO DE CARGOS DIRIGENTES OU OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES DE RECONHECIDO INTERESSE PÚBLICO OU DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (EC)

a) Cargos Dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido Interesse Público

Sem cargos
< 3 anos
≥ 3 anos

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

--

b) Cargos ou Funções de relevante Interesse Social

Sem cargos
Até 3 anos
≥ 3 anos

Valor	
1	
3	
5	

0

Fundamentação

--

Formula a aplicar para o acompanhamento da Avaliação Final na ponderação curricular

PC=[HAP+2EPVC+2EC]/5

Avaliação Final

0.0

Menção Correspondente

Inadequado

Pontos Correspondentes

-2

A AVALIAÇÃO COM MENÇÃO DE "DESEMPENHO RELEVANTE" (quando aplicável)

○ Foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata.

○ Não foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata, de cuja parte relevante se anexa cópia, tendo sido atribuída a menção de "Desempenho _____, correspondendo a _____.

RECONHECIMENTO DO MÉRITO (DESEMPENHO EXCELENTE), (quando aplicável)


Foi reconhecido mérito (Desempenho Excelente) em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, com os fundamentos que constam da respectiva Ata, de cuja parte relevante se anexa cópia.

O Avaliador Designado, em 2023/__/__/


O Conselho Coordenador da Avaliação, em 2023/___/___


Tomei conhecimento da Avaliação

O avaliado, em 2023/___/___


Menção homologada ao abrigo do artigo 40.º e alínea
e) do n.º 1 do artigo 56.º do DLR n.º 27/2009/M, de 21
de agosto, na redação em vigor.

O Dirigente máximo do serviço, em 2023/___/___

Tomei conhecimento da homologação

O avaliado, em 2023/___/___

ANEXO V

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR - Trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional II ou chefias administrativas de carreiras/categorias subsistentes de chefia ou coordenação específica da Região Autónoma da Madeira

Avaliador:

Avaliado:

Categoria:

Período de Avaliação:

01/01/2021

a

31/12/2022

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP)

Habilitação inferior ao 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado

Habilitação correspondente ao 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado

licenciatura ou superior

Valor		
1		
3		
5		0

0
Fundamentação

2) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A VALORIZAÇÃO CURRICULAR (EPVC)

a) Tempo de Serviço na Categoria

< 3 anos

≥ 3 anos e < 6 anos

≥ 6 anos

Valor		
1		
3		
5		0

0,00
EPVC=[2a]+2b)+c+d)/6
Fundamentação

b) Tempo de Serviço na Carreira

< 10 anos

≥ 10 anos e < 20 anos

≥ 20 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

c) Formação Profissional

Sem formação

< 18 horas

≥ 18 horas

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

d) Ações ou projetos de relevante interesse (AP).

Ausência de evidências de participação

Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados

Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

3) EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CHEFIA OU COORDENAÇÃO OU CARGOS OU FUNÇÕES DE RECONHECIDO INTERESSE PÚBLICO OU DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (EC)

a) Funções de chefia ou coordenação

Sem cargos

< 3 anos

≥ 3 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

b) Exercício de cargos ou funções de reconhecido Interesse Público ou Relevante Interesse Social

Sem cargos

< 3 anos

≥ 3 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

Formula a aplicar para o acompanhamento da Avaliação Final na ponderação curricular

PC=[HAP+2EPVC+2EC]/5

Avaliação Final

0,0

Menção Correspondente

Inadequado

Pontos Correspondentes

-2

A AVALIAÇÃO COM MENÇÃO DE "DESEMPENHO RELEVANTE" (quando aplicável)

○ Foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata.

○ Não foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata, de cuja parte relevante se anexa cópia, tendo sido atribuída a menção de "Desempenho ____, correspondendo a ____.

RECONHECIMENTO DO MÉRITO (DESEMPENHO EXCELENTE), (quando aplicável)

Foi reconhecido mérito (Desempenho Excelente) em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__,

com os fundamentos que constam da respectiva Ata, de cuja parte relevante se anexa cópia.

O Avaliador Designado, em 2023/___/___

O Conselho Coordenador da Avaliação, em 2023/___/___

Tomei conhecimento da Avaliação

O avaliado, em 2023/___/___

Menção homologada ao abrigo do artigo 40.º e alínea
e) do n.º 1 do artigo 56.º do DLR n.º 27/2009/M, de 21
de agosto, na redação em vigor.

O Dirigente máximo do serviço, em 2023/___/___

ANEXO VI

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR - Trabalhadores integrados nas carreiras de grau de complexidade funcional I incluindo trabalhadores integrados na carreira não revista de "Fiscal de Obras Públicas"

Avaliador:

Avaliado:

Categoria:

Período de Avaliação: 01/01/2021 a 31/12/2022

1. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS (HAP)

Habilitação inferior à escolaridade obrigatória
Habilitação correspondente à escolaridade obrigatória
licenciatura ou superior

Valor		
1		
3		
5		0

0

Fundamentação

2) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A VALORIZAÇÃO CURRICULAR (EPVC)

a) Tempo de Serviço na Categoria

< 3 anos
≥ 3 anos e < 6 anos
≥ 6 anos

Valor		
1		
3		
5		0

0

Fundamentação

b) Tempo de Serviço na Carreira

< 10 anos
≥ 10 anos e < 20 anos
≥ 20 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

c) Formação Profissional

Sem formação
< 18 horas
≥ 18 horas

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

d) Ações ou projetos de relevante interesse (AP)

Ausência de evidências de participação
Participação em até cinco das ações e/ou projetos considerados
Participação em seis ou mais das ações e/ou projetos considerados

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

3) EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CHEFIA OU COORDENAÇÃO OU CARGOS OU FUNÇÕES DE RECONHECIDO INTERESSE PÚBLICO OU RELEVANTE INTERESSE SOCIAL (EC)

a) Funções de chefia ou coordenação

Sem cargos
< 3 anos
≥ 3 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

b) Exercício de cargos ou funções de reconhecido Interesse Público ou Relevante Interesse Social

Sem cargos
< 3 anos
≥ 3 anos

Valor		
1		
3		
5		0

Fundamentação

Formula a aplicar para o acompanhamento da Avaliação Final na ponderação curricular

$PC = [HAP + 2EPVC + 2EC] / 5$

Avaliação Final

Menção Correspondente

Pontos Correspondentes

0,0

Inadequado

-2

A AVALIAÇÃO COM MENÇÃO DE "DESEMPENHO RELEVANTE" (quando aplicável)

○ Foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata.
○ Não foi validada em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, conforme consta da respectiva Ata,
de cuja parte relevante se anexa cópia, tendo sido atribuída a menção de "Desempenho _____", correspondendo a _____.

RECONHECIMENTO DO MERITO (DESEMPENHO EXCELENTE), (quando aplicável)

Foi reconhecido mérito (Desempenho Excelente) em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação realizada em __/__/__, com os fundamentos que constam da respectiva Ata, de cuja parte relevante se anexa cópia.



O Conselho Coordenador da Avaliação, em 2023/____/____



Tomei conhecimento da Avaliação
O avaliado, em 2023/____/____

Menção homologada ao abrigo do artigo 40.º e alínea
e) do n.º 1 do artigo 56.º do DLR n.º 27/2009/M, de 21 de
agosto, na redação em vigor.

O Dirigente máximo do serviço, em 2023/____/____

Tomei conhecimento da homologação
O avaliado, em 2023/____/____